

Inclusão de universitários com deficiência na educação superior: o que dizem as pesquisas no Brasil e Uruguai

Inclusion of university students with disabilities in Higher Education: what do Brazilian and Uruguayan researches say?

Inclusión de universitarios con discapacidad en la educación superior: lo que dicen las encuestas en Brasil y Uruguay?

Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins¹
Andrea Jimena Viera Gomez²
Yliana Zeballos Fernandez³
Caroline da Silva Benetti⁴

Citação: MARTINS, S. E. S. O.; GOMEZ, A. J. V.; FERNANDES, Y. Z.; BENETTI, C. S. Inclusão de universitários com deficiência na educação superior: o que dizem as pesquisas no Brasil e Uruguai. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 11, n. 17. Novembro de 2017.

Resumo

A Universidade se caracteriza como um importante espaço de desenvolvimento humano, devido ao acesso aos conhecimentos científicos e a possibilidade de apropriação da experiência acumulada pela humanidade. O acesso e permanência a todos os níveis educativos, incluindo o ensino superior, deve ser assegurado a todas as pessoas para a existência de uma sociedade menos desigual e excludente. Dada a relevância desta temática na atualidade, este artigo objetiva discutir as políticas públicas que apoiam o acesso e a permanência de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, nesta etapa de educação, em dois países da América Latina - Brasil e Uruguai. A localização dos documentos ocorreu em base dados disponíveis pelas agências governamentais dos países investigados, a partir cruzamento das palavras-chave: deficiência, educação superior e inclusão, em três idiomas (português, inglês e espanhol). Os resultados evidenciaram que as produções uruguaias se concentraram em descrever a situação das pessoas com deficiência e sua participação no ensino superior, enquanto as brasileiras problematizavam a distância entre as políticas públicas e as formas de apoio institucional para o acesso e permanência de

¹ Pedagoga e Doutora em Educação. Professora assistente doutora do Departamento de Educação Especial e do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília. Email: sandreli@marilia.unesp.br

² Psicóloga e Doutora em Psicologia, Professora da Faculdade de Psicologia e do Programa Pós-Graduação em Inclusão Social e Educativa/ Universidade de la República - UDELAR - Uruguai - UR / Campus Montevideo. Email: viera.andrea@gmail.com

³ Psicóloga e Mestre em Psicologia. Professora da Faculdade de Psicologia e do Programa Pós-Graduação em Inclusão Social e Educativa/ Universidade de la República - UDELAR - Uruguai - UR. Email: ylipili@gmail.com

⁴ Psicóloga formada pela Faculdade de Ciências - Unesp/Campus Bauru. Email: caroline_benetti@hotmail.com

peças com deficiência, nesta etapa de Educação. De igual modo, apesar da baixa expressividade de publicações, ambos países retrataram importantes indicativos de mobilização dos espaços universitários para se tornarem inclusivos.

Palavras-chave: Políticas Educacionais; Educação Inclusiva; Ensino Superior; Deficiência; Acessibilidade.

Abstract

University is characterized as an important place to the human development due to access to the scientific knowledge and the possibility to appropriating the accumulated experience by mankind. Access and permanence in all the education levels, which includes higher education, must be guaranteed for any people on behalf of a less unequal and excluding society. Considering the relevance of this issue in present time, this article aims to discuss public policies adopted in two Latin-American countries – Brazil and Uruguay – which support the access and permanence of people with disabilities or restricted movement in higher education. Document search occurs in databases available by government agencies of the researched countries, from crossing of following keywords: “disability”, “higher education” and “inclusion”, in three languages (Portuguese, English and Spanish). Results showed the Uruguayan publications were concentrated in describing the situation of people with disabilities and their participation in higher education, whereas Brazilian universities problematized the distance between public policies and the ways of institutional support to the access and permanence of people with disabilities in this education stage. In the same way, instead of the poor expressivity of publications, both these countries portrayed relevant indicators of mobilization of the university places in order to become them more inclusive.

Keywords: Educational Policies; Inclusive education; Higher education; Deficiency; Accessibility.

Resumen

La universidad se caracteriza como un importante espacio de desarrollo humano, debido a los conocimientos científicos y la posibilidad de apropiación de la experiencia acumulada por la humanidad. El acceso y la permanencia en todos los niveles educativos, incluyendo la enseñanza superior, debe ser asegurado a todas las personas para la existencia de una sociedad menos desigual y excluyente. Dado la pertinencia de esta temática en la actualidad, este artículo objetiva discutir las políticas públicas que apoyan el acceso y la permanencia de personas con discapacidad y/o movilidad reducida, en esta etapa de la educación, en dos países de América Latina – Brasil y Uruguay. La localización de los documentos ocurrió en base de datos disponibles por las agencias gubernamentales de ambos países investigados, a partir del cruce de palabras clave: discapacidad, educación superior e inclusión, en tres idiomas (portugués, inglés y español). Los resultados evidenciaron que las producciones uruguayas se concentraron en describir la situación de las personas con discapacidad y su participación en la enseñanza superior, mientras tanto las brasileras problematizaban la distancia entre las políticas públicas y las formas de apoyo institucional para el acceso y permanencia de personas con discapacidad, en esta etapa de educación. De igual modo, a pesar de la poca expresividad de publicaciones ambos países retrataron importantes indicativos de movilización de los espacios universitarios para volverse inclusivos.

Palabras clave: Políticas Educativas; Educación Inclusiva; Enseñanza Superior; Discapacidad; Accesibilidad.

Educação Superior no Brasil: dilemas e perspectivas

A educação superior tem sido um espaço marcado pela desigualdade de acesso e permanência de populações historicamente excluídas consideradas em geral, como àquelas que se apresentam em situação de vulnerabilidade nos setores – econômico, social e cultural, em seu país. Reconhecida como um importante ambiente de desenvolvimento humano e de apropriação da experiência acumulada pela humanidade a Universidade deve promover e assegurar formas apoios a todos que desejam cursá-la, dentre as quais se encontram pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

No Brasil, os Dados do Censo Demográfico de 2010 indicam que 45,6 milhões de pessoas se declararam com alguma deficiência, na faixa etária economicamente ativa da sociedade brasileira, compreendida por pessoas de 14 aos 64 anos de idade, segmento populacional apto a ingressar no ensino superior. Do montante mencionado, quase ¼ da população (23,9%) apresenta deficiência a partir de graus de severidade do acometimento nas seguintes tipologias: visual, auditiva, motora e mental/intelectual. O Censo constata ainda que a prevalência dos tipos de deficiências com maior incidência estava associada à deficiência visual (18,6%), em primeiro lugar, seguida da deficiência motora (7%), deficiência auditiva (5,1%) e deficiência intelectual (1,4%) (IBGE, 2010).

Ao se referir ao público mencionado, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, por meio dos dados divulgados na Sinopse Estatística da Educação Superior (BRASIL, 2013a), indica que 7.305.977 de estudantes brasileiros efetuaram matrículas em Instituições de Ensino Superior, em 2012. Dessa amostra total, 29.034 declararam apresentar alguma necessidade especial constitutiva do público beneficiário da educação especial. Conforme destacado na Política da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008; 2015), o público da educação especial refere-se

[...] àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. [...] Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2008).

Das 29.034 matrículas efetivadas, 19.628 (67,6%) estavam presentes na rede privada, contrapondo-se às 9.406 (32,4%) das universidades públicas. A amostra constatada dos dados quantitativos revela que 3.943 eram cegos, 6.955 deficientes visuais, 1.488 surdos, 7.850 deficientes físicos, 7037 deficientes auditivos, 151 eram surdocegos, 393 deficientes múltiplos, 566 deficientes intelectuais, 118 autistas, 57 com Síndrome de Asperger, 24 com Síndrome de Rett, 68 com Transtorno Desintegrativo da Infância e 1.087 com Superdotação.

Nas últimas décadas, o aumento de matrícula do público mencionado nos cursos de graduação nas IES tem sido atribuído ao desenvolvimento de políticas públicas inclusivas relacionadas especificamente ao ensino superior. Entre elas, podem ser citados o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI,

projeto que subsidia a redução das taxas de evasão, aproveitamento de vagas ociosas, otimização da mobilidade estudantil, reorganização curricular, diversificação da oferta de cursos de graduação, ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; o Programa Universidade para Todos – PROUNI, que facilita a ocupação de vagas a estudantes de baixa renda em instituições privadas e orienta a institucionalização da Política de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior – IFES; e o Programa de Inclusão no Ensino Superior – INCLUIR, que, amparado em dispositivos legais e em orientações de organismos internacionais, tem como meta a democratização do ensino visando a grupos populacionais em situações de vulnerabilidade social, com a finalidade de assegurar o direito da pessoa com deficiência à educação superior (BRASIL, 2013b).

Em acréscimo, recentemente, no Brasil foi promulgada a Lei de 13.409, de 28 de dezembro de 2016 que, dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das Instituições Federais de ensino. Ao alterar a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, a referida lei determina que:

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (BRASIL, 2016, Art. 1º, grifo nosso).

Especificamente no que tange à reserva de vagas para essa população no âmbito dos Processos Seletivos para os cursos de graduação das IFES brasileiras, o Grupo de Trabalho Interinstitucional organiza um Documento Orientador para a Implementação da Política de Cotas Destinada a Pessoas com Deficiência nas Instituições Federais de Ensino Superior (UFPR, 2017) propõe, à luz do Plano Nacional da Educação 2014-2024, um aporte teórico-operacional para implementação das cotas ao público mencionado. Todavia, seus proponentes alertam para o fato de que os dados do Censo/IBGE (IBGE, 2010) abordam um espectro amplo das necessidades do público mencionado. Diante do exposto, o documento, respaldados pela legislação brasileira – particularmente com base no Decreto nº 5.296 (Brasil, 2004), na Lei nº 12.764 (BRASIL, 2012) e na Lei 13.146 (BRASIL, 2015), teve por finalidade ponderar aspectos sobre: a) os critérios que devem ser adotados pela banca/comissão de verificação dos processos seletivos para respaldar

a validação ou invalidação da autodeclaração de candidatos que concorrerem às cotas para pessoas com deficiência; b) procedimentos para calcular a proporção do total de vagas destinadas às pessoas com deficiência (PcD), as possíveis implicações institucionais e os impactos sobre a reserva de vagas destinadas aos candidatos que concorrem às cotas para pretos, pardos e indígenas (PPI).

À luz dos estudos das políticas educacionais brasileira, pesquisas (MOREIRA, 2011; PLETSCHE, 2011) descrevem que tais conquistas podem estar fortemente relacionadas às mudanças do sistema educacional, atreladas ao movimento mundial e influenciadas pelas políticas governamentais e transformações da sociedade vigente. A esse respeito observa-se que o delineamento apresentado demonstra algumas medidas em favor do acesso e a permanência de pessoas com deficiência no contexto universitário, considerando que estas, sobretudo decorrem, também, das lutas e movimentos sociais do grupo aqui destacado.

O desenvolvimento de políticas públicas dirigidas a este fim consolida o compromisso do Brasil frente às prerrogativas mundiais de equiparação de oportunidades, que permite diminuir desigualdades historicamente acumuladas, visando à igualdade de condições e oportunidades à àqueles que foram por muitos séculos discriminados (MOREIRA, 2011), conforme previsto pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2007, as instituições de ensino superior devem

[a]ssegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (p. 14).

De acordo com Oliveira et al. (2003, p.33), “[...] a inclusão pode ser entendida como um princípio filosófico que preconiza a convivência das diversidades, pressupondo que as diferenças são constituintes do ser humano e caracterizam-se como a maior riqueza da vida em sociedade”. Dessa forma, a sociedade inclusiva exige transformações, tanto arquitetônicas e urbanísticas quanto atitudinais diante das

peças com deficiência, assegurando assim seu acesso, circulação e permanência em espaços comuns. Para que a educação inclusiva se constitua como uma política afirmativa nessa modalidade de ensino, há que se desenvolver ações capazes de responder às necessidades especiais do público nela presente.

Assim, indiscutivelmente, pode-se afirmar que toda a política gerada representa uma importante conquista. Porém há de se ponderar que esse avanço promove mudanças pontuais nos direitos, o que não valida uma mudança de concepção diante da pessoa com deficiência. Por conseguinte, entende-se que não basta estar presencialmente nas salas e/ou nos espaços regulares de ensino, há de se lutar para que este grupo de fato usufrua do capital cultural que circula nas instituições, nas diferentes etapas de educação.

Pletsch, ao referir sobre a educação inclusiva, aponta que mesmo após mais de uma década de discussão, o seu entendimento ocorre de forma vaga, mantendo um abismo entre os documentos e a realidade educacional, reiterada por discursos vazios de "valorização da diversidade, em detrimento da homogeneidade e da segregação" (PLETSCH, 2011, p. 47) que orienta os modos de organização das instituições educacionais na atualidade.

Dito de outro modo, faz-se importante admitir que o histórico da educação de pessoas com deficiência está carregado marcas da exclusão. Problematizar a educação inclusiva em uma sociedade que produz exclusão, convida todos a superarem mecanismos que ainda maximizam as barreiras enfrentadas por esse público na Educação Superior.

Berberian, Silva e Giroto (2014, p. 59), chamam a atenção para o "[...] paradoxo que tem gerado avanços e retrocessos nas políticas/práticas educacionais formuladas em nome da inclusão escolar", uma vez que "[...] ao agregarem/classificarem os sujeitos supostamente semelhantes para serem tratados como os diferentes [...] tais iniciativas simplificam e circunscrevem as possibilidades dos sujeitos de ser e de participação social àquelas identificadas como próprias aos grupos aos quais pertencem". Esses autores enfatizam que, nessa perspectiva, "[...] a diferença, uma vez destacada como traço de identidade e encerrada em e por grupos específicos, deixa de ser concebida como constitutiva do humano e passa a ser tratada como uma abstração".

Neste processo, assumir o papel central da educação na transformação cultural do homem em sociedade exigirá pensá-la evitando a sua adjetivação (inclusiva e/ou

especial), cujo "[...] desenvolvimento histórico-cultural do ser humano, traduz sérios desafios para um novo pensar em educação e na própria forma como encaramos a diferença enquanto pólo auto-constitutivo da humanidade que nos é singular" (PICOLO, 2014, p. 11), independentemente das características e apoios necessários à promoção e ao sucesso educacional do público nela presente. Por conseguinte, a valorização de conhecimentos acumulados pela experiência humana ao serem consideradas como constitutivas da formação deste público em diferentes etapas de ensino, podem se tornar um caminho promissor para a superação das dicotomias existentes que impedem e/ou ainda dificultam o acesso a níveis mais elevados de formação acadêmica (ROSSETO, 2009; LEITE; MARTINS, 2012).

Em igual medida, este estudo assumirá que o ensino superior público atravessa um momento histórico-social desafiador. Tornar essa modalidade de ensino igualmente acessível a todos os que desejam cursá-la tem-se constituído uma das metas principais dos dirigentes que legislam sobre o direito básico do acesso à Educação. Assim, problematizar as condições de *acessibilidade*⁵ na universidade remeterá, por conseguinte, conceber a universidade como um espaço democrático, formador de opiniões e de produção de conhecimento, o que exige o delineamento de ações pautadas na eliminação das barreiras as quais impedem a plena participação dessa população em diferentes esferas sociais, dentre as quais interessa investigar a provisão de políticas institucionais que visem ao acesso e à permanência de pessoas com deficiência em contextos diferenciados de Educação, no cenário educacional brasileiro.

Cenário da Educação Superior no Uruguai: aspectos atuais

Por sua vez, a Universidade da República (UDELAR) é a única universidade pública no Uruguai que oferece ensino superior em todas as áreas do conhecimento e a cultura desde sua inauguração data de 1849. Cabe destacar que as carreiras de graduação na Universidade da República são gratuitas e de livre ingresso.

Como destaca Ares Pons (1996, p.112) a Universidade da República se define como "um âmbito destinado ao cultivo do conhecimento em sua mais ampla acepção,

⁵ Optou-se por utilizar o conceito de acessibilidade como a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoas que apresentam deficiência ou com mobilidade reduzida. Para tal, envolve a atuação da sociedade na organização de providência e recursos de eliminação de barreiras em diferentes âmbitos, a saber: atitudinal, comunicacional, metodológica, instrumental, digital e arquitetônico/urbanístico (BRASIL, 1989; 1999; 2000; 2004; SASSAKI, 2009).

onde a reflexão crítica – epistemológica e ética – sobre esse mesmo conhecimento, sobre sua aplicação social, sobre si mesma e sobre a sociedade em seu conjunto, constituem tarefas essenciais”. Por sua vez se deve adicionar que se trata de uma universidade autônoma e co-governada democraticamente por docentes, estudantes e egressos. Nesse marco institucional de autonomia e co-participação se assegura a presença de todos os atores nas diferentes instâncias de discussão coletiva e tomada de decisões. A Udelar leva adiante a produção de conhecimentos científicos comprometida com a sociedade a que pertence e desde uma atitude transformadora e crítica no desempenho de suas funções: ensino, pesquisa e extensão.

Por mais que nos últimos anos se tenha produzido um aumento da quantidade e cobertura das instituições privadas provedoras de educação superior no Uruguai, a oferta de ensino encontra-se concentrada na Universidade da República. O total de 88% da matrícula universitária do país se concentra nela e apresenta a oferta de áreas de conhecimento mais diversificada (ODDONE Y PERERA, 2005).

A Universidade da República (UDELAR) passou por uma expansão e modernização da oferta educacional. Atualmente, possui 119 cursos técnicos, tecnológicos e de graduação, dos quais 38 foram criados no período 2007-2014. Do total de cursos, 96 são de graduação ou graus profissionais com uma duração de 4 anos ou mais; 44 correspondem a carreiras técnicas ou tecnológicas com duração de 2 a 3 anos. Houve também uma mudança nos currículos de diversos cursos com o objetivo de melhor utilizar as competências de ensino da instituição, abrangendo a variabilidade das diferentes áreas de atuação.

Além do avanço qualitativo, ocorreu também uma evolução quantitativa no ensino superior da UDELAR, evolução esta que constava como um dos objetivos traçados em 2007 para a instituição. As metas também incluem: estabelecer e manter a cooperação prática com todo o Sistema Nacional de Educação Pública, particularmente em áreas comuns; contribuir para a criação de novas instituições públicas de ensino superior e universitário; e expandir social e geograficamente a oferta de vagas da própria UDELAR.

A renovação constante de todos os currículos da UDELAR é um marco significativo no processo para a ampliação do ensino superior e uma parte essencial do projeto nacional uruguaio que visa o desenvolvimento integral.

Esse marco possibilita a criação de a Rede Temática sobre Deficiência (RETEDIS), que pertence ao Espaço Interdisciplinar UDELAR e conta com que professores de diferentes serviços (faculdades). O RETEDIS foi criado em 2008 por resolução do Conselho Central da UDELAR e coordena as atividades de graduação, pós-graduação, extensão e pesquisa sobre a temática da deficiência. O RETEDIS possui uma premissa fundamental: todos têm o direito de acesso ao ensino superior, o que deve ser assegurado pelo Sistema Nacional de Educação Pública.

Ao retratar esta situação no Uruguai, recorda-se que o VII Censo de Estudiantes Universitarios de Grado de la Universidad de la República (UDELAR, 2013), retrata que dos 85.905 estudantes, o que representa 109.563 inscrições em faculdades e 130.941 inscrições em carreiras profissionalizantes. Os dados revelaram que 64% dos estudantes na UDELAR eram mulheres e a idade média dos alunos era de 26 anos, cuja maioria dos graduandos (58,5%) nasceu e residia na capital. Ainda pontuam que 76,8% dos estudantes eram solteiros e 87,6% não possuíam filhos. Somente 1,3% dos estudantes universitários consideraram que possui uma deficiência (total ou parcial). Esse dado resulta baixo com relação à porcentagem de pessoas autorreconhecidas com deficiência no Uruguai.

O Uruguai tem por volta de três milhões de habitantes e de acordo com a última *Encuesta Nacional de Personas con Discapacidad* (ENPD, 2004), a prevalência da deficiência alcança 7.6% da população total. Em cifras absolutas a população com ao menos uma deficiência é estimada em 210.400 pessoas.

Igualmente, a alta porcentagem de pessoas com deficiência de 25 anos ou mais de idade que carecem ou têm muito baixo nível de instrução (37.7%), contrasta com o observado para a população sem deficiência (12.6%). Somente 32% alcançam o ensino primário completo e as diferenças entre as populações com e sem deficiência se acentua ao aumentar o nível de instrução, chegando ao nível secundário completo ou mais com 19 pontos percentuais de diferença (ENPD, 2004).

No documento *“La situación de niños, niñas y adolescentes con Discapacidad en Uruguay. La oportunidad de la inclusión”*, UNICEF (elaboração própria com base nos dados do Censo 2011, INE) se propõe que a população com deficiência de 25 ou mais anos encontramos 56.6% sem instrução ou até educação primária, 1,8% egressos da escola especial, 20% dos quais alcançaram como máximo nível educativo o ciclo básico ou técnico, 12,1% o bacharelado e 9,5% terceiro grau ou universitário, o que reflete uma

forte iniquidade e visibiliza um dos problemas prioritários nessa área. “O desenvolvimento de alternativas para continuar a educação e promover projetos de vida independente para as crianças e adolescentes com deficiência é uma das componentes curriculares pendentes e um grande desafio para o sistema educativo uruguaio” (MERESMMAN, p. 35, 2013).

É importante esclarecer que a pergunta realizada no Censo de estudantes da UDELAR se formular em termos de deficiência: Você considera que possui algum tipo de deficiência?

Dessa maneira, a deficiência é definida como “uma construção social a partir da qual a sociedade como coletivo localiza a esse ‘outro’ rotulado como uma deficiência em uma situação de distinção” (UDELAR, 2013: 79), é presumível que a resposta obtida seja sobre o diagnóstico médico singular. Isto é, uma resposta objetiva a partir do momento em que conta ou não com tal diagnóstico.

Assim, se colocar que “no caso do acesso e da permanência na educação universitária, a deficiência estaria sendo reproduzida pelo coletivo institucional em caso de não gerar espaços de inclusão de pessoas com alguma deficiência concreta” (UDELAR, 2013: 80).

É interessante constatar que o informe realizado com os resultados do Censo se introduz com uma distinção ente os conceitos de integração e inclusão educativa. Quando se coloca o conceito de integração, a responsabilidade de se apropriar do espaço educativo, permanecer nele e concluir o curso, depende dos esforços específicos que realize a pessoa com deficiência. Em contraposição, a inclusão educativa se define como aquela em que se propõe a eliminação das distintas barreiras (materiais, comunicacionais e simbólicas) que puderam conduzir e reproduzir tal situação de deficiência (UDELAR, 2013).

Em relação aos dados obtidos com o Censo, dos estudantes que consideraram possuir alguma deficiência (parcial ou total); 1,3% dos estudantes manifesta ter uma deficiência auditiva total (surdez profunda) enquanto que 20,6% considera ter uma surdez parcial (hipoacusias leves ou moderadas, surdez unilateral, etc. Desse modo, 29,2% explicitaram que apresentam uma cegueira parcial (baixa visão, por exemplos), enquanto que 1,3% afirma ter uma deficiência visual total (cegueira profunda). Ainda pontuam que 21,7 % encontram-se em situação de deficiência motriz parcial (um dos

membros inferiores paralisados, etc), enquanto que 1,9% afirma na situação de deficiência motriz total (tetraplegia, por exemplo).

Do 1,3% que se autorreconhece com uma deficiência, a maior proporção corresponde a cegueira parcial, seguida da deficiência motriz parcial, localizando-se em terceiro lugar a surdez parcial. Por outro lado, quando se observam as distribuições das deficiências profundas de proporção entre elas não são significativas, observando-se valores sensivelmente mais baixos. No tema da “deficiência parcial”, entre em jogo fundamentalmente a subjetividade de quem responde, tanto mais quanto mais leve seja o diagnóstico ou a situação.

Outro resultado a expor é que aquele alusivo a “outra deficiência”. 37,8% das pessoas que se identificam com uma deficiência, no momento de definir qual tipo de deficiência apresentam não se incluem nas tipologias surdez, motriz ou cegueira. Outro elemento interessante para a análise sugere à distribuição por sexo no autorreconhecimento da deficiência. Os dados apresentados permitem observar que 1,7% dos homens consideram apresentar alguma deficiência, enquanto que para as mulheres essa percentagem é de 1,1%, conforme retratado pelo Censo Universitário da Universidade da República do Uruguai (UDELAR, 2013).

Método

Pelo exposto, o presente artigo tem por objetivo demonstrar os resultados do levantamento bibliográfico sobre a inclusão de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, na educação superior, em dois países da América Latina - Brasil e Uruguai⁶. Para tanto, pretende-se contextualizar a seguir os procedimentos metodológicos para o levantamento dos materiais selecionados para análise neste estudo, nos contextos mencionados: no Brasil e Uruguai.

No Brasil, utilizou-se como procedimento de localização e busca das produções acerca do tema enfatizado – na plataforma do portal Scientific Electronic Library Online - SciELO (<http://www.scielo.br/>.) Trata-se de uma biblioteca eletrônica reconhecida

⁶ Este artigo deriva do trabalho realizado no 1º Anexo de Acordo de Pesquisa Internacional firmado entre pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, no Brasil, e Faculdade de Psicologia da Universidade de La República – no Uruguai. Também está articulada com os estudos e pesquisas sobre práticas inclusivas na Educação Superior (Processo nº 418/2014). Esta proposta articula-se com a Pesquisa em Rede “Acessibilidade no ensino superior: da análise das políticas públicas educacionais ao desenvolvimento de mídias instrumentais sobre deficiência e inclusão”, financiados pelo Programa Observatório da Educação (EDITAL/CAPES N.º 49/2012 – Processo nº 8224).

nacional e internacionalmente, de ampla circulação em base de dados indexadas, que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos que priorizam a disseminação de pesquisas no país em várias áreas do conhecimento.

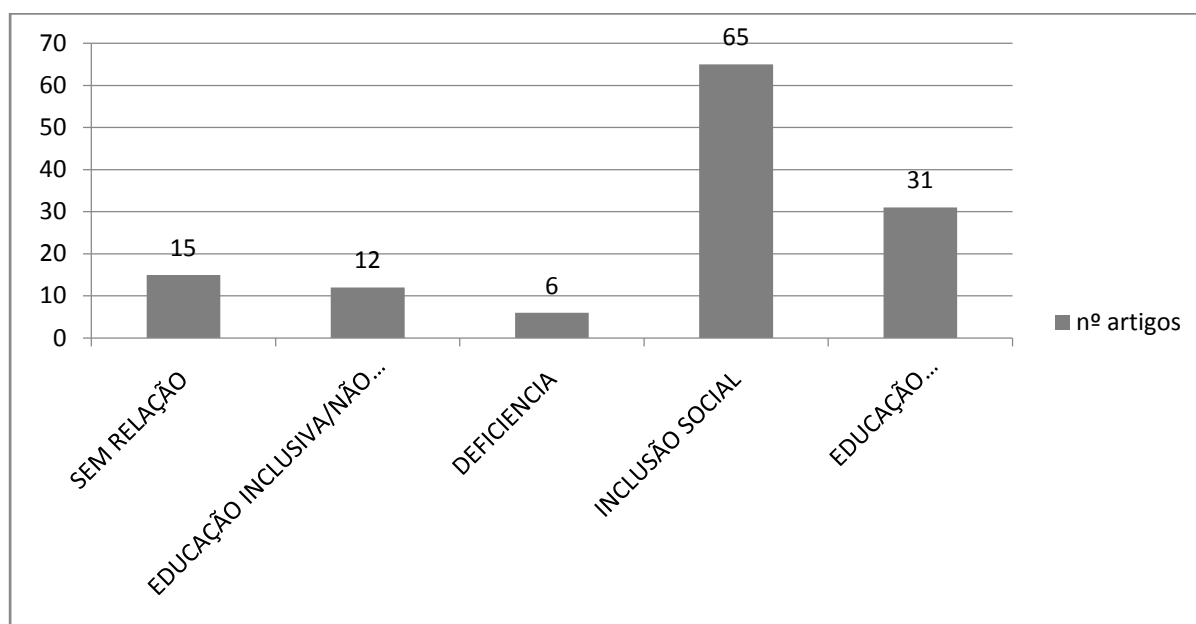
Nesta plataforma, a busca ocorreu a partir do cruzamento das palavras-chave deficiência, educação superior e inclusão, em três idiomas: português, inglês e espanhol. Deficiência versus Educação Superior, Deficiência versus Ensino Superior, Inclusão versus Educação Superior, Inclusão versus Ensino Superior. O critério de seleção dos artigos, após sua busca pelos descritores foi a relação com o tema investigado, qual seja, a inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior. O levantamento do material para análise corresponde ao ano de busca realizado em janeiro de 2014.

Já a coleta de dados das publicações uruguaias foi realizada na BiUR, banco de dados da Universidad de La Republica onde estão unificados catálogos de todas as bibliotecas da instituição. Fontes secundárias de informação (artigos de resultados, informes, etc.) se revelaram a través de diferentes bases de dados (SCielo, Redalyc, Latindex y Tímbó) já que a Universidade da República conta desde relativamente pouco tempo com uma base de dados própria (BiUR). Nessa base se encontram unificados os catálogos de todas as bibliotecas da Universidad de la República. Realizou-se uma busca de antecedentes de publicações científicas sobre resultados de investigações acadêmicas nacionais assim como de outros documentos para realizar uma aproximação sobre o tema de inclusão educativa na Educação Superior publica uruguiaia. As palavras-chave pesquisadas para levantar as publicações acadêmicas científicas uruguaias e outros documentos públicos do país e, deste modo, caracterizar o Ensino Superior foram: “Inclusión Educativa”, “Educación Superior”, “Discapacidad” y, “Accesibilidad”. Já os dados levantados no contexto das produções Uruguais corresponderam aos anos antecederam a 2015.

Resultados do levantamento realizado na base de dados brasileira

A busca permitiu a localização de 129 artigos no portal SciELO, dos quais 98 foram descartados por estarem em desacordo aos objetivos do estudo, conforme descrito na figura 1.

Figura 1. Artigos descartados da amostra do estudo



Do total dos artigos descartados para proceder a análise do estudo, 15 distanciavam totalmente dos propósitos do texto, como por exemplo, “Hipovitaminose em pré-escolares de creches públicas do Recife: indicadores bioquímico e dietético” e “Hábitos de sucção não nutritiva em crianças pré-escolares”, 65 deles abordavam a inclusão social de outros públicos que não o de pessoas com deficiência, tais como “A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado” e “O ProUni e a conclusão do ensino superior: questões introdutórias sobre os egressos do programa na zona oeste do Rio de Janeiro”; 12 se referiam à inclusão em outras etapas de ensino que não o ensino superior, dentre eles “Verbalizações de familiares durante aprendizagem de leitura e escrita por deficientes intelectuais” e “Atitudes de professores em relação à educação inclusiva” que abordavam a educação inclusiva no Ensino Fundamental e 6. E por, fim, 6 artigos referiam-se a deficiência em âmbitos que não incluíam a educação, como no caso do artigo “A vivência do pai no processo de reabilitação da criança com deficiência auditiva”.

É possível observar que a maior parte dos artigos descartados resultantes das buscas abordava a inclusão social de alunos no ensino superior, mas tratavam de grupos minoritários que não estudantes com deficiências. Dentre esses grupos há os negros, como abordado no artigo “Equidade em La Educación Superior Cubana: Logros y Desafíos” e os alunos de nível socioeconômicos mais baixos, como no caso dos artigos

“Estudantes com desvantagens econômicas e educacionais e fruição da universidade”, “Ações afirmativas no ensino superior: análise do perfil socioeconômico e da experiência universitária de bolsistas do ProUni na PUC-Rio”, “O Prouni e a conclusão do ensino superior: novas trajetórias pessoais e profissionais dos egressos”, dentre outros.

Uma possibilidade para o resultado expressivo sobre a inclusão social é a emergência, nos últimos anos, de ações afirmativas para a inclusão de grupos historicamente excluídos dos espaços de Educação Superior como o ProUni, por exemplo, iniciativa do governo federal para facilitar o acesso de alunos carentes ao ensino superior, criado em 2004, que concede bolsas de estudos em instituições particulares de ensino (AMARAL, 2011).

Do total mencionado apenas 31 foram considerados válidos para análise neste estudo por abordar a temática inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior. Embora alguns trabalhos fossem localizados mais de uma vez, na busca realizada pelo cruzamento das palavras-chaves, estes foram contabilizados apenas uma vez para efeito de análise dos dados neste estudo. Para exemplificar tal achado o artigo “Perfil de tradutores-intérpretes de Libras (TILS) que atuam no ensino superior no Brasil” de Lacerda, 2011, que foi resultado de pesquisa da busca com os termos Deficiência Educação Superior, Deficiência Ensino Superior e Inclusão Educação Superior.

Tabela 1. Subcategorização dos artigos relacionados ao tema – Portal SciELO¹

| Palavra-chave | Nº | Tema | Estudos |
|-------------------------------------|----|-------------------------|---|
| Deficiência + Educação Superior (6) | 4 | Acessibilidade | BORGES de OLIVEIRA, 2011; OLIVEIRA, 2013; LACERDA, 2011; SIQUEIRA, 2010 |
| | 1 | Acesso e permanencia | VILARONGRA, 2013; |
| | 1 | NEE'S | MOREIRA, 2011 |
| Deficiência + Ensino Superior (8) | 2 | Acessibilidade | LACERDA, 2011; SIQUEIRA, 2010 |
| | 4 | Acesso e permanencia | DUARTE, 2013; SILVA, 2012; MOREIRA, 2011; MANENTE, 2007 |
| | 1 | Prática docente | REIS, 2010 |
| | 1 | Avaliação do ensino | GUERREIRO, 2014 |
| Inclusão + Educação Superior (8) | 3 | Acesso e permanencia | OLIVEIRA, 2011; MITRULIS, 2006; NEVES, 2007 |
| | 1 | Avaliação do ensino | RISTOFF, 2013 |
| | 1 | Grupo de estudos | MASINI, 2011 |
| | 3 | Acessibilidade | LACERDA, 2011; SIQUEIRA, 2010; SILVA, 2010 |
| Inclusão + Ensino Superior (9) | 2 | Acesso e permanencia | DUARTE, 2013; MOREIRA, 2011 |
| | 3 | Formação de professores | SILVA, 2012; BISOL, 2012; REIS, 2010 |

| | | | |
|--|---|------------------|-------------------------------|
| | 2 | Acessibilidade | SIQUEIRA, 2010; LACERDA, 2010 |
| | 1 | Prática discente | BISOL, 2010 |
| | 1 | Grupo de estudos | MASINI, 2011 |

Fonte: Dados da Pesquisa localizados na plataforma de busca SciELO – no contexto brasileiro

Um tema abordado com frequência nos estudos brasileiros foi a acessibilidade, sobre a qual foram indicados aspectos físicos e comunicacionais referentes ao deslocamento espacial e às barreiras para se fazer compreender e compreender os outros. Aspectos como a socialização e solidariedade também foram recorrentes nos discursos dos participantes ao se pensar em pontos relevantes para a acessibilidade.

Um dos artigos sobre a temática selecionados no levantamento foi “Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior” que visou analisar as propostas contempladas pelo projeto Incluir/MEC, com o objetivo de conhecer quais ações estão sendo colocadas em prática e quais delas tem sido elaboradas, financiadas e implementadas para o acesso da pessoa com deficiência no ensino superior. Os resultados indicaram a amplitude do termo acessibilidade, comumente associado à acessibilidade física, indicando a relevância de

olhar outros aspectos que estão envolvidos na qualidade de vida das pessoas com deficiência, tirando o foco das alterações das funções e estruturas do corpo e pensando os fatores ambientais e pessoais que influenciam a realização de atividades e participação e permitem a funcionalidade (SIQUEIRA, SANTANA, 2010; p. 135)

Os apontamentos sobre as políticas voltadas às necessidades educacionais especiais – NEEs - fizeram referência aos avanços das últimas décadas, como a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, que ocorreu no ano de 1990, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais (Salamanca, Espanha, 1994) e a 48ª Conferência Internacional sobre Educação da UNESCO, ocorrida em 2008, em Genebra, na qual a educação inclusiva foi um tema central. Contudo, tais estudos também indicaram a necessidade de constante avaliação do processo de inclusão, o que deve dar voz à percepção dos próprios alunos com deficiência.

Sobre a prática docente e formação de professores, os estudos tiveram como enfoque levantar a concepção de deficiência desses profissionais, a formação inicial e continuada dos professores quanto à deficiência e as experiências em relação à temática. Um dos estudos indicou a importância de se existir disciplinas referentes à educação inclusiva na grade curricular dos graduandos em licenciatura e o investimento em

formação continuada. Essas ações aproximariam o futuro profissional de seu público beneficiários das políticas de educação especial e dariam condições para o desenvolvimento de metodologias adequadas a necessidade de cada aluno.

As pesquisas não documentais, com a participação de pessoas com deficiência somaram 75 indivíduos, sendo que destas, apenas uma das pesquisas não especificou qual a deficiência apresentada pelos participantes, o que representou 25,3% da amostragem total. Do restante, a prevalência foi de participantes com deficiência auditiva (41,3%), seguidos de participantes com deficiência visual (20%), deficiência física (10,7%), deficiência múltipla e dificuldades de aprendizagem (cada um com 1,3%). A entrevista qualitativa foi o método predominante.

As pesquisas com profissionais das instituições de ensino superior totalizaram 5 artigos, com 823 participantes no total. A metodologia mais adotada com os profissionais foi a pesquisa quantitativa, por meio de questionários online ou presenciais. Além do número ainda pouco expressivo de pessoas com deficiência no ensino superior, o método quantitativo também mostrou a diferença expressiva de participantes entre as categorias profissionais/estudantes com deficiência.

Já as pesquisas documentais abordaram fatores que facilitam a permanência de pessoas com deficiência no ensino superior presentes na literatura; sobre ações e propostas do “Projeto Incluir/MEC” 2005-2008, tais como a relevância das atitudes frente à inclusão no ensino superior; sobre pontos discutidos na Conferência Mundial da Educação Superior de 2009 quanto à inclusão, inovação e qualidade da educação superior; e sobre a construção de um objeto digital com a finalidade de promover a reflexão sobre a inclusão no ensino superior e contribuir para uma mudança na percepção da temática e na prática docente em relação à diversidade.

A análise da totalidade de artigos apontou como objetivo predominante a verificação do acesso e permanência de alunos com deficiência no Ensino Superior. Outro tema frequente foi a acessibilidade nas universidades, em estudos que buscaram investigar as condições para o acesso deste grupo populacional nas Instituições de Educação Superior (IES), bem como estudos que avaliaram as condições de acessibilidade que necessitam de modificações nas universidades.

A busca nas bases de dados uruguaias, por sua vez, retornou um total de 10 documentos sobre o tema da Educação Superior pública do país, dos quais cinco foram descartados por estar em desacordo com os objetivos do estudo.

Tabela 2. Subcategorização dos artigos relacionados ao tema

| Palavra-chave | Nº | Tema | Estudos |
|---|----|--|---|
| Universidad + Inclusión educativa (2) | 1 | Democratización de la educación superior | AROCENA, R; 2011 |
| | 1 | Desigualdad y segmentación social | FERNANDÉZ, AGUERRE; T; 2009 |
| Inclusión + Discapacidad + Educación Superior (2) | 2 | Inclusión educativa | LÉMEZ, 2005; HERMIDIA, 2011. |
| Accesibilidad + Inclusión + Discapacidad + Educación Superior (6) | 4 | Inclusión y accesibilidad | AROCENA, 2012 |
| | | | PREMUDA, RODÉS y ALONZO; 2012 |
| | | | FARÍAS y VIERA, 2013 |
| | | | ESVIAL, 2013 |
| | 2 | Prácticas pedagógicas innovadoras | MÍGUEZ y SILVA, C; 2013 |
| | | | GARCÍA, MELGAR, MÍGUEZ, SAPRIZA y SILVA, 2013 |
| Total | 10 | | |

Fonte: Dados da Pesquisa da busca na Plataforma SCielo, Redalyc, Latindex y Timbó e – disponível pela Universidad de la República - cuenta desde hace relativamente poco con una base de datos propia (BiUR).

Quase a metade dos das pesquisas selecionadas neste estudo, ou seja das 10 pesquisas localizadas, 4 se concentravam no tema da acessibilidade, mais especificamente, relacionada a pessoas com deficiência física ou sensorial (cadeirantes, cegos e surdos). Alguns dos documentos discutem o problema do acesso e permanência na educação superior pública em termos gerais e não se referem especificamente às pessoas com deficiência.

Tais artigos foram incluídos no levantamento porque refletem o estado atual da discussão sobre a inclusão educativa na UDELAR e trazem temas pertinentes como a adequação e atualização curricular, a adaptação da Universidade aos diferentes modos de aprendizagem e os riscos de não se assegurar uma educação de qualidade de maneira igualitária.

É importante destacar que, de acordo com o censo universitário uruguaio de 2014, o perfil socioeconômico dos estudantes que ingressam na universidade tem se modificado nos últimos anos, passando a se compor por maioria de estudantes do subsetor público de educação secundária, de classes econômicas médias e baixas e que a maior parte é a primeira geração de universitários da família.

O primeiro documento selecionado, *Una perspectiva de la segunda Reforma Universitaria*, escrito pelo então reitor da UDELAR, Rodrigo Arocena e publicado em 2012, discute as reformas universitárias da América Latina e destaca os seguintes pontos: a universalização do ensino superior e a democratização e acessibilidade dos

sistemas de ensino. Já o documento *“Desigualdad, democratización y pedagogías en el acceso a la educación superior de Uruguay”* de Tabaré Fernández Aguerre, publicado em 2009, analisa os fatores que permitem o acesso ao ensino superior e apresenta um perfil dos ingressantes

O segundo grupo de documentos selecionado se refere diretamente à inclusão de pessoas com deficiência na educação superior uruguaia. Foram foco da análise a situação das pessoas com deficiência no Uruguai e a participação destas na sociedade, incluindo as barreiras que dificultam o acesso, a permanência e conclusão do ensino. Este estudo evidencia a ausência de instâncias que integrem as políticas de educação uruguaias a nível nacional, bem como a falta de normativas, diretrizes e dispositivos específicos sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior.

Sobre este tema, foi encontrado o informe realizado em 2012 pela reitoria da Universidad de la República a pedido do Ministério de Relaciones Exteriores, com o objetivo de levantar os avanços quanto ao cumprimento do Artigo 9 da Convenção sobre dos Direitos das Pessoas com Deficiência na UDELAR. São descritas as ações relacionadas à infraestrutura (espaços físicos) e sobre a inclusão social.

Com relação à inclusão social, também se destaca o levantamento sobre acessibilidade realizado pela Red Temática de Discapacidad de la UDELAR, em 2012, que investigou aspectos vinculados às concepções sobre deficiência, acessibilidade física e também educativa dos estudantes, docentes e servidores da UDELAR. Apesar de presentes nos espaços de ensino superior, ficou evidente que não há informação sistematizada sobre a realidade das pessoas com deficiência na Universidade.

Outro documento selecionado é a tese *“¿Existe inclusión educativa para las personas con discapacidad auditiva en la Universidad de la República? Construyendo caminos: manos que hablan, señas de libertad. Ojos que escuchan, el silencio que grita.”*. O documento investiga qualitativamente a situação dos surdos na Faculdade de Ciências Sociais da UDELAR, evidenciando a falta de políticas e apoio didático-pedagógico específicos para atender este segmento em particular.

Já o *“Informe descriptivo de análisis de accesibilidad en educación superior para personas con discapacidad”*, do Projeto ESVAL tinha como objetivo levantar as condições e necessidades das pessoas com deficiência nas Instituições de Educação Superior da América Latina integrantes do projeto citado. Tal levantamento se caracteriza como um antecedente mais direto da aplicação do Index da inclusão

educativa de Booth e Ainscow no Uruguai; contudo, não conseguiu completar amostras de diferentes tipos de participantes previstos para a avaliação.

Por fim, foram incluídos trabalhos que expõem aspectos interessantes da experiência universitária da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da República. Se destaca a criação, em agosto de 2005, do Grupo de Estudos sobre Deficiência (GEDIS) e a área de deficiência do Departamento de Trabalho Social que tem trabalhado em torno da temática da Deficiência desde o modelo social de investigação/intervenção assim como o trabalho de compilação de artigos que revelaram o avanço nas políticas sociais implementadas nos dois governos progressistas. Por sua parte, a faculdade de Psicologia cria no ano de 2000 o Serviço de Atenção à Deficiência e, recentemente, em 2016, a Comissão de inclusão educativa orientada a atender à população com deficiência.

Os destaques são o *Proyecto Facultad de Ciencias Sociales Inclusiva*, implementado desde 2007 com o objetivo de garantir uma rede de apoio e incentivo às capacidades dos alunos que apresentem alguma deficiência e ingressam na universidade; e o projeto de criação do “Espacio de Formación Integral (EFI)”, cujo objetivo é intervir e investigar a temática da deficiência na Licenciatura de Trabalho Social, proposta inovadora no contexto de um novo Plano de Estudos de Licenciatura, onde se desenvolvem tarefas de pesquisa e extensão universitária sobre o tema.

Conclusão

A pesquisa bibliográfica tem sido uma estratégia recorrente nos estudos nesta área de educação com vistas a traçar um panorama das produções existentes. Assim, considerada como um ponto de partida para o pesquisador pode contribuir para alargar uma visão mais geral sobre o fenômeno investigado.

O levantamento realizado na base de dados pesquisada no Uruguai constatou que das 15 produções localizadas, 10 apenas atendiam aos objetivos deste estudo. Enquanto que o número de produções no Brasil totalizou 129, dos quais 31 foram considerados válidos para o estudo, por atenderem aos objetivos do estudo. Os baixos números de produções encontradas nos dois países revelam que esse tema ainda é escasso, apesar da relevância do assunto.

Na análise das produções brasileiras pode-se identificar que o acesso e permanência dos universitários com deficiência na educação superior, foram

considerados temas mais recorrentes, seguidos de estudos que tematizaram aspectos sobre o ingresso deste grupo nas universidades, relevando as condições dadas pelas instituições na percepção destes.

No caso do Uruguai, o levantamento revelou que as produções bibliográficas se concentraram em descrever a situação das pessoas com deficiência e sua participação no ensino superior. Outros também seguiram os objetivos frequentes das pesquisas identificadas no Brasil, que retrataram aspectos do acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior, destacando a distância entre a política e o que realmente ocorre com as pessoas com deficiência nesta área.

Interessante considerar que as produções no contexto Uruguai, revelaram ênfase nos estudos sobre a acessibilidade como um recorrente, tratado pela rede temática (RETEDIS). Outro tema recorrente também nas produções identificadas foi sobre a descrição e análise do serviço ofertado ao público com deficiência - foco nas necessidades e capacidades reais dos alunos com deficiência que estão sendo implementados na Faculdade de Ciências Sociais da UDELAR. Tais dados, em geral, representam parte importante de movimentos inovadores dentro da própria universidade. Este tipo de pesquisa coloca como protagonista os sujeitos para os quais o conteúdo pretende ser mais relevante, em um movimento possibilita identificar mudanças a partir da presença de universitário em situação de deficiência que por sua vez, mobiliza alterações no ambiente universitário, numa troca com os diferentes atores deste processo: fato que possibilita identificar uma transformação qualitativa dos espaços sociais e de convivência comum – pessoas com e sem deficiência.

Na análise das produções bibliográficas encontradas em ambos os países, foi possível identificar uma distância entre as normativas e práticas de apoio a efetivação da inclusão nesta etapa de educação. De modo geral, os estudos revelaram dificuldades para colocar em prática ações que possam alterar os espaços universitários a se constituírem inclusivos. Por essa razão, se faz relevante a continuidade de pesquisas sobre o tema, incluindo aquelas que se voltem a verificar as condições e estratégias adotadas aos alunos em situação de deficiência que se encontram na educação superior, nos países investigados.

Referências

AMARAL, D.P; OLIVEIRA, F.B. de. O Prouni e a conclusão do ensino superior: novas trajetórias pessoais e profissionais dos egressos. Ensaio: avaliação de políticas públicas de educação. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas Educacionais*. Vol.19, n.70, Rio de Janeiro, Jan./Mar. 2011.

ARES PONS, J. Presente y futuro de la Universidad Latinoamericana. *Revista Educación Superior y Sociedad*, Vol. 7, N' 1. UNESCO - CRESALC. Caracas, 1996.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, de 07 de janeiro de 2008. Disponível em:http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf. Acesso em 05 de abr. 2017

_____. *Decreto Federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004*. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em 05 de abril de 2017.

_____. *Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, 2012a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em 05 de abr. 2017

_____. Ministério da Educação/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Censo da Educação Superior. *Resumo Técnico Censo da Educação Superior*. Brasília, INEP, 2013a.

_____. *Programa Incluir*. Dispões sobre Acessibilidade na Educação Superior, 2013b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12737-documento-orientador-programa-incluir-pdf&category_slug=marco-2013pdf&Itemid=30192. Acesso em 05 de abr. 2017

_____. *Lei 13.409, de 28 de dezembro de 2016*. Altera a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em 20 de mar.2017.

_____. *Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 20 mar.2017.

_____. *Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012*. Dispõe sobre a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista, 2012b. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 21 mar. 2017.

MARTINS, S. E. S. O.; GOMEZ, A. J. V.; FERNANDES, Y. Z.; BENETTI, C. S. Inclusão de universitários com deficiência na educação superior: o que dizem as pesquisas no Brasil e Uruguai.

BERBERIAN, A. P.; SILVA, D.; GIROTO, C. R. M. *Condições de letramento e os processos de inclusão e exclusão social*. In: NOZU, W. C. S.; LONGO, M. P.; BRUNO, M. M. G. *Direitos humanos e inclusão: discursos e práticas sociais*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2014.

BERBERIAN, A. P.; MARTINS, S. E. S. O. *Alteridade e(ou) identidade: a surdez como (in)diferença à singularidade*. In: GEGE - Grupo de Estudos dos Gênero do Discurso. (Org.). *Palavra e Contrapalavras: cortejando a vida na estética do cotidiano*. Oed.São Carlos: Pedro & João, 2015, v. VII, p. 54-64

CSIE. Centre for Studies in Inclusive Education. *Guía para la mejora evaluación y mejora de la educación inclusiva*. Booth, T.; Ainscow, M. (col.) Kristini Black-Hawkins. Reino Unido: CSIE, 2000.

FERREIRA, S. L. *Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais*. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Marília: v 13, n. 1, p 43-60, 2007.

LEITE, L.P.; MARTINS, S.E.S.O. *Fundamentos e estratégias pedagógicas inclusivas: respostas as diferenças na escola*. Cultura Acadêmica: São Paulo, Oficina Universitária: Marília, 2012. Disponível: http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/livro-fundamentos_leite_martins2012.pdf.

IBGE. *Censo Demográfico, de 2010*. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 de jan. 2017.

MERESMAN, S. *La situación de niños, niñas y adolescentes con discapacidad en Uruguay*. Fondo de Naciones Unidas para la Infancia: UNICEF, 2013.

MOREIRA, L. C.; BOLSANELLO, M. A.; SELGER, R. G. Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 41, p. 125-143, set, 2011.

OMOTE, S. Normalização, integração e inclusão. *Ponto de Vista*. v. 1, n. 1, jul/dez, 1999.

ODDONE, G.; PERERA, M. (2005). *Educación superior en Uruguay: descripción y financiamiento*. IESLAC, YOE A.

OLIVEIRA, C. B. Jovens deficientes na universidade: experiências de acessibilidade? *Revista Brasileira de Educação*. 2013, vol.18, n.55, pp. 961-984. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782013000400009&lng=en&nrm=iso.

PLETSCH, M. D. A dialética da inclusão/exclusão nas políticas educacionais para pessoas com deficiências: um balanço do governo Lula (2003-2010). *Revista Teias*, v. 12, p. 39-55, 2011.

PICCOLO, G. M; SILVA, S. C. A defectologia em Vygotski: do proposto ao pensado na Educação Especial La defectología em Vygotski: de la propuesta a la idea en la Educación Especial. *Revista Digital*. Buenos Aires - Año 19 - Nº 192 – May 2014 Disponível em: <http://www.efdeportes.com> Acesso em: 05 nov.14

ROSSETO, P. Políticas de Inclusão no Ensino Superior. *Revista Temas e Matizes*, n. 13, p. 47-59, primeiro semestre de 2008.

SASSAKI, R. K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

MARTINS, S. E. S. O.; GOMEZ, A. J. V.; FERNANDES, Y. Z.; BENETTI, C. S. Inclusão de universitários com deficiência na educação superior: o que dizem as pesquisas no Brasil e Uruguai.

SIQUEIRA, I. M.; SANTANA, C. S. Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.16, n.1, p.127-136, Jan.-Abr., 2010.

Universidade Federal do Paraná. *Documento Orientador Para A Implementação Da Política De Cotas Destinada A Pessoas Com Deficiência Nas Instituições Federais De Ensino Superior*, UFPR, 2017.

Universidad de la República (UDELAR). *VII Censo de Estudiantes Universitarios de Grado*, año 2012. Principales características de los estudiantes de grado de la Universidad de la República en 2012. Departamento de Publicaciones, Unidad de Comunicación de la Universidad de la República (UCUR) 2011. Disponible en: www.universidad.edu.uy/renderResource/index/resourceId/30152/siteId/1

Recebido em Junho de 2017
Aprovado em Outubro de 2017
Publicado em Novembro de 2017

MARTINS, S. E. S. O.; GOMEZ, A. J. V.; FERNANDES, Y. Z.; BENETTI, C. S. Inclusão de universitários com deficiência na educação superior: o que dizem as pesquisas no Brasil e Uruguai.

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN 1981-1969

Volume 11

Número 18

27 de novembro de 2017



O Copyright é retido pelo/a autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação ao **Jornal de Políticas Educacionais**. Mais informação da licença de Creative Commons encontram-se em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e pelo periódico.

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS é uma publicação do Núcleo de Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR, em consórcio com a Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPR, que aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à redação. As colaborações devem ser enviadas ao NuPE/UFPR, conforme orientações contidas nas páginas do periódico na internet: <http://revistas.ufpr.br/jpe>.

Indexação:

BBE – Biblioteca Brasileira de Educação (MEC/INEP)
Clase (Base de Datos Bibliográfica de Revistas de Ciencias Sociales y Humanidades)
Diadorim – Diretório de Política de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras (IBICT)
Google Scholar
Index Copernicus
Portal de Periódicos (CAPES)
SER – Sistema Eletrônico de Revistas da Universidade Federal do Paraná (SER/UFPR)
Sumários de Revistas Brasileiras (FUNPEC-RP)
DRJI - Directory of Research Journals Indexing

(Periódico integralmente disponível apenas em via eletrônica)

Jornal de Políticas Educacionais / Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR – v.1, n. 1 (1º semestre de 2007) – Curitiba: NuPE/UFPR.

Volume 11, número 18 – Novembro de 2017

ISSN 1981-1969

1. Educação – Periódicos. 2. Política Educacional – Periódicos. I. NuPE/UFPR

Comitê Editorial:

Ângelo Ricardo de Souza (UFPR)
Ana Lorena Bruel (UFPR)
Marcos Alexandre Ferraz (UFPR)

Conselho Editorial:

Andréa Barbosa Gouveia (UFPR), Ângela Hidalgo (UNICENTRO), Cesar Gernomino Tello (Universidad Nacional TresFebrero, Argentina), Gladys Beatriz Barreyro (USP), Juca Gil (UFRGS), Jefferson Mainardes (UEPG), João Ferreira de Oliveira (UFG), Luiz Souza Júnior (UFPB), Marcos Edgard Bassi (UFSC), Regina

MARTINS, S. E. S. O.; GOMEZ, A. J. V.; FERNANDES, Y. Z.; BENETTI, C. S. Inclusão de universitários com deficiência na educação superior: o que dizem as pesquisas no Brasil e Uruguai.

Maria Michelotto (UFPR), Robert Verhine (UFBA), Rosana Cruz (UFPI), Rubens Barbosa Camargo (USP), Sebastián Donoso Díaz (Universidad de Talca, Chile), Taís Moura Tavares (UFPR), Theresa Adrião (UNICAMP), Vera Peroni (UFRGS).

Jornal de Políticas Educacionais
Universidade Federal do Paraná
Setor de Educação
Núcleo de Políticas Educacionais – NuPE/UFPR
Rua Gal. Carneiro, 460 – 4º andar – Sala 407/C
80.060-150 – Curitiba – PR – Brasil
Tel.: 41-3360-5380
jpe@ufpr.br
<http://revistas.ufpr.br/jpe>